

Vozes da imprensa: A Batalha do Irani pelas páginas dos jornais “*O Dia*” (SC) e “*A República*” (PR) no final de 1912

Press Voices: The Battle of Irani through the pages of newspapers “*O Dia*” (SC) and “*A República*” (PR) the end of 1912

Gabriel Carvalho Kunrath

Mestrando em História na Universidade Federal de Pelotas

Resumo: Na madrugada de 22 de outubro de 1912, aconteceu nos campos do Irani (PR) um combate entre alguns devotos do Monge José Maria e uma parcela do Regimento de Segurança do Paraná, liderados pelo comandante João Gualberto. Este confronto mudou a história dos sertões de Santa Catarina e do Paraná, dando início a Guerra do Contestado (1912 – 1916). Desta forma, a presente pesquisa buscou identificar como a imprensa de Santa Catarina e do Paraná, através dos jornais *O Dia* e *A República*, noticiaram, influenciaram e interpretaram esses acontecimentos. Para alcançar tais objetivos, levamos em consideração as questões metodológicas referentes ao uso de jornais na construção do conhecimento histórico.

Palavras-chave: Batalha do Irani, Guerra do Contestado, Imprensa, República Velha.

Abstract: In the dawn of October 22, 1912, a combat happened in the Irani fields (PR) between Monge José Maria’s devotees and a parcel of the Security Regiment of Paraná, led by commander João Gualberto. This confrontation changed the history of the outback’s of Santa Catarina and Paraná, starting the “Guerra do Contestado” (1912 – 1916). Thus, this research tries to identify through the newspapers “*O Dia*” and “*A República*” how Santa Catarina and Paraná’s press reported, influenced and interpreted these events. In order to reach these objectives, we take into account the methodological questions regarding the use of newspapers in the construction of historical knowledge.

Keywords: Batalha do Irani, Guerra do Contestado, Press, República Velha.

Introdução

O advento republicano, no Brasil, trouxe consigo diversos impactos para a sociedade na virada do século XIX para o XX. Estes impactos são resultados das diversas transformações políticas, econômicas e culturais que vinham ocorrendo durante este período no país. Aliado a essas transformações, ocorreu uma diversificada gama de manifestações no Brasil¹. Dentre estas, podemos localizar o Movimento do Contestado, ocorrido entre 1912 e 1916, que mais tarde ficou conhecido por “Guerra do Contestado”. Como toda guerra, esta tem um marco inicial e um marco final, geralmente estes são apontados após o termino do conflito. Neste caso não foi diferente. A data do seu início remonta à madrugada de 22 de outubro de 1912, quando, nos campos do Irani, até então território paranaense, se desenrolou um combate entre alguns devotos do monge José Maria e uma parcela do Regimento de Segurança do Paraná, liderado pelo comandante João Gualberto. Esse conflito ficou conhecido como “A Batalha do Irani”. Nesta faleceram o monge José Maria, o Coronel João Gualberto e alguns indivíduos que tomaram parte na luta de ambos os lados.

Seu marco final não é tão claramente definido pela historiografia, entretanto, em geral é apontado no ano de 1916. Depois do General Setembrino de Carvalho chefiar um grande cerco aos redutos² dos sertanejos, muitos se entregaram para as forças oficiais; entre “[...] dezembro 1915 e janeiro de 1916 [...] estima-se que 4 mil sertanejos apresentaram-se em Canoinhas e 6 mil, em Curitiba” (MACHADO, 2004: 321). Assim, pode-se considerar a queda do último reduto sertanejo, talvez, a prisão de Adotado, o último líder dos rebeldes, ou a assinatura do tratado de limites como os marcos finais da Guerra do Contestado.

Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo central analisar como uma parcela da imprensa paranaense e catarinense portou-se diante dos acontecimentos referentes a Batalha do Irani. Através da análise das publicações realizadas nos jornais O Dia, de Santa Catarina, e A República, do Paraná, buscou-se compreender a Batalha do Irani e as representações criadas por estes periódicos sobre a mesma. Destaca-se, algumas ponderações sobre as características dos periódicos escolhidos. O jornal O Dia (SC) tinha sua redação instalada em Florianópolis e havia

¹ Entre os movimentos sociais ocorridos durante a Primeira República estão: Canudos (1897), a Revolta da Vacina (1904), a Revolta da Chibata (1910), entre outros.

² O termo reduto refere-se as “cidades santas” organizadas pelos sertanejos do Contestado durante o conflito entre os anos de 1913 e 1916.

sido fundado por Felipe Schmidt como o objetivo de que o jornal fosse um veículo para que ele pudesse defender suas posições políticas em relação ao jornal República (SC), ambos órgãos do Partido Republicano de Santa Catarina, porém cada um ligado a determinado grupo (ESPIG, 1998: 271 - 272). Já o jornal A República (PR) foi fundado por Alfredo Aurélio de Freitas em 1895. Na segunda metade de 1912, o jornal passou a ser propriedade A. Freitas & Comp. Constitui-se como órgão do Partido Republicano Paranaense.

Nesse sentido, os periódicos analisados durante a pesquisa estão inseridos no contexto da imprensa brasileira do início do século XX, o que quer dizer que são de um período em que a imprensa é caracterizada, conforme aponta Zicman (1985) como “imprensa de opinião”, se constituindo como uma imprensa que se destaca por suas posições políticas, “[...] ultrapassando a simples função de “espelho da realidade” para tornar-se um instrumento ativo de opinião pública” (ZICMAN, 1985: 91). Nesse período, cada jornal deixa a entender que se dirige a um tipo de leitor específico, tendo acentuada participação na cena política do período.

Utilizar periódicos como A República e o O Dia, de publicação diária, nos possibilita “[...] acompanhar a memória do dia a dia e estabelecer a cronologia dos fatos históricos” (ESPIG, 1998: 274) devido a sua periodicidade, se constituindo, desta forma, como “arquivos do cotidiano”. Entretanto, não se pode considerar as matérias e as informações contidas nos jornais como verdades absolutas, é preciso relativizá-las e realizar uma análise crítica sobre estas informações, bem como fazer o cruzamento destas, com bibliografia sobre o tema. Também é necessário que a leitura de tais jornais seja feita de forma “[...] meticulosa, deve ser demorada, deve ser exaustiva – e muitas vezes é mesmo enfadonha” (ELMIR. *apud* ESPIG, 1998: 274), evitando, deste modo, conclusões precipitadas.

Assim, é equivocado pensar as matérias publicadas nos jornais como a realidade dos fatos históricos. É preciso pensá-las como uma representação, criada com o objetivo de noticiar determinado acontecimento. Desta forma, tomando a ideia de representação elaborada por Chartier (1990), na qual as representações se constituem como o resgate da maneira como em “[...] diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 17). Compreendemos que no caso dos jornais O Dia e A República, as representações foram criadas pela classe política de cada Estado, ou seja, por indivíduos que se julgavam com a incumbência de levar o progresso civilizatório para o sertão. Chartier (1990) aponta, também, no sentido de que as representações do mundo social “[...] traduzem as suas posições e interesses objectivamente [sic.] confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como

gostariam que fosse” (CHARTIER, 1990: 19) como pode ser percebido no decorrer do presente trabalho.

O preâmbulo de um conflito

Vindo de um lugar incerto, surgiu, por volta da década de 10, do século XX, nos sertões de Santa Catarina, um indivíduo que ficou conhecido como José Maria – o *monge* José Maria. Cabral (1979) afirma que José Maria teria chegado na região de Campos Novos aproximadamente em 1911. Vinhas de Queiroz (1966) e Machado (2004) defendem a ideia de que esse personagem da história da Guerra do Contestado teria aparecido na região somente em 1912. O certo é que José Maria, ainda hoje, é uma figura cercada de mistérios, até mesmo na historiografia. Cabral (1979) aponta que o nome verdadeiro de José Maria seria Miguel Lucena de Boaventura, um desertor da força de segurança do Paraná ou do Exército (não se sabe ao certo). Ao que tudo indica, era conhecedor de ervas medicinais, “[...] comedido e cauteloso no falar; usava metáforas e símbolos ambíguos, de interpretação difícil” (QUEIROZ, 1966: 85). Contava história de *Carlos Magno e os Doze Pares de França* para quem o acompanhava e não mantinha relações de proximidade com a igreja católica.

No segundo semestre de 1912, José Maria foi convidado por alguns moradores de Curitibanos (SC)³ para participar da festa do Senhor Bom Jesus, realizada por Praxedes em 1912 celebrada em 6 de agosto. Praxedes era morador da região de Taquaruçu (SC), pertencente a vila de Curitibanos e esta festa era realizada sempre próximo a sua propriedade (QUEIROZ, 1966: 87-88). As edições consultadas do jornal *O Dia*⁴ não deixam claro sobre a chegada do monge nesta localidade e de seus propósitos. Ressalta-se que o monge só se tornou notícia quando o coronel Francisco Ferreira de Albuquerque informou ao coronel e Governador do Estado de Santa Catarina, Vidal Ramos, de que haviam proclamado a monarquia e que os “fanáticos”⁵ se preparavam para atacar a vila de Curitibanos. Todavia, as possibilidades de cruzamento de informações contidas na bibliografia sobre o Contestado, bem como as fontes utilizadas nesta pesquisa, possibilitam a compreensão de que José Maria chegou no início de agosto na região de Taquaruçu, em Curitibanos (SC), vindo

³ QUEIROZ (1966) afirma que entre estes moradores estavam Manoel Alves de Assumpção Rocha, Euzébio Ferreira dos Santos, Praxedes Gomes Damasceno e Chico Ventura.

⁴ As fontes consultadas para este trabalho encontram-se disponíveis no site da Biblioteca Nacional e apresentam algumas lacunas, principalmente no que se refere ao jornal *O Dia*.

⁵ Fanático é o termo utilizado pelos jornais para representar os sertanejos que acompanhavam José Maria, no decorrer do presente texto iremos problematizar a utilização deste termo pelos jornais.

de Campos Novos (SC) com a intenção de participar da festa para a qual teria sido convidado. Findada a festa, o monge permaneceu na localidade.

Diante de sua permanência, o *monge* seguiu realizando suas práticas costumeiras, inclusive, contando as histórias de *Carlos Magno e os Dozes Pares de França*. Sua fama de curandeiro fez com que alguns dos participantes da festa se mantivessem ao seu redor, bem como atraiu para Taquaruçu outros indivíduos a sua procura. Dessa maneira, entre a segunda quinzena de agosto e a primeira de setembro, ocorreu um constante aumento de devotos de José Maria nesta região, provocando preocupações em Albuquerque, que solicitou a intervenção de seu compadre Vidal Ramos, a fim de dispersar aquele ajuntamento em Taquaruçu. O Governador catarinense,

[...] atendeu á solicitação do sr. deputado coronel Francisco Ferreira de Albuquerque, Superintendente Municipal de Curytibanos, determinando que para alli seguisse, hontem mesmo, o sr. desembargador sr. Salvio de Sá Gonzaga, digas chefe de Policia, acompanhado de um contingente do Regimento de Segurança (O DIA, 25/09/1912).

A solicitação de Albuquerque a Vidal Ramos demonstrou como as relações sociais eram constituídas neste período no planalto catarinense. Através do sistema de compadrio, no qual a “[...] relação entre compadres e comadres implicava atitudes de auxílio, respeito e uma espécie de extensão dos laços familiares” (MACHADO, 2004: 67). Desta forma, o batismo⁶ se constituía como um ritual que consolidava os laços de compadrio, servindo também, para hierarquizar esta sociedade. Era comum que os grandes fazendeiros fossem padrinhos dos filhos de seus peões e agregados. Logo, o padrinho assumia a responsabilidade de auxiliar o afilhado, recebendo em troca a lealdade de seu compadre. Sendo assim, cabe destacar que Vidal Ramos e Albuquerque mantinham laços de compadrio, o que pode explicar o rápido auxílio prestado pelo Governador de Santa Catarina ao Superintendente de Curitiba.

Essa solicitação, também, nos mostrou o enfraquecimento dos laços de compadrio local, ou seja, entre o coronel da região – Albuquerque - e alguns de seus compadres - peões e agregados. Outro aspecto das relações sociais de dominação que se apresentavam em declínio nesse momento é o coronelismo⁷. Na medida em que os

⁶ Era comum nessa região a realização de dois batizados, um interclasses e um com indivíduos da mesma classe social.

⁷ O coronelismo é identificado, essencialmente, como o fenômeno político da Primeira República (1889 – 1930)

[...] coronéis investiam-se, na prática, de verdadeiros poderes arbitrais sobre sua gente: resolviam rixas, proferiam “julgamentos” e “arbitragens”, geralmente respeitados pelos contendores; exerciam funções policiais, legalmente ou não, e para isso contavam com grande número de agregados e capangas (MACHADO, 2004: 91).

Albuquerque não conseguiu resolver a situação sozinho. Precisou pedir auxílio a seu compadre, Vidal Ramos, que detinha maior poder para resolver a situação. José Maria e seus seguidores desafiavam a lógica, uma vez que recusavam a se submeter ao poder deste coronel, induzindo, assim, a sua ira. Desta forma, “[...] as medidas repressivas extremamente duras que se seguiram revelam, em parte, a fragilidade do poder local de Curitibaanos, que passou a ver com temor um ajuntamento, ainda que pequeno, em Taguaruçu” (MACHADO, 2004: 184).

Devido a tais circunstâncias, no final de setembro de 1912, o jornal *O Dia* e o coronel Albuquerque aparentavam cada vez mais preocupação com o que este periódico chamava de “O caso de Curitibaanos”. Inclusive noticiando no seu editorial de 26 de setembro um despacho

[...] do Superintendente de Curitibaanos, confirma que a situação é grave, e que propala se o assalta á villa para deposição de autoridades. Todas essas informações são accordes em afirmar que os taes fanáticos cégamente dominados pelo seu thaumaturgo, presumem estar a monarchia proclamada, e assistir-lhes de ordem divida, transmittida pelos embustes do tal monge, o dever de por ella baterem-se, o que farão destituindo as autoridades da Republica (*O DIA*, 26/09/1912).

Enquanto no Estado do Paraná, o jornal *A República* tratava o caso com desdém e colocava em dúvida a seriedade e as proporções que estavam sendo divulgadas pela imprensa catarinense. Nessa perspectiva, o periódico publicou uma matéria, com relativo destaque, no dia 26 de setembro sob o título “Movimento monarchista em Santa Catharina?”

O movimento... monarchico. Enorme a surpresa, misturada de duvida, que causou a noticia de haver se manifestado em Curitibaanos, Estado de S. Catharina, um movimento sedicioso favoravel á monarchia. Ora que um levante de semelhante natureza surgisse em outra zona do paiz e mais próxima nos centro de intensa movimentação politica e de certa influencia na vida nacional, não se poria em duvida partisse elle de cérebro equilibrados a agirem n’uma aventura com alguma probabilidade de êxito. Nada mais risível, portanto, por absurdo que é, dar á essa agitação uma importância de que carece, pois se trata quando muito d’um bando de desordeiros cuja insensatez se aquilata pelo acto irreflectido de “proclamar” a Monarchia em Curitibaanos, acção esta somente digna de individuos ignorantes ou

desequilibrados e talvez fanáticos que, a exemplo dos de Canudos em 1897, estão agindo por sugestão, d'algum dos muitos *profetas* (grifo do jornal) que percorrem os sertões brasileiros (A REPÚBLICA, 26/09/1912).

A memória de outros movimentos com tons monarquistas e religiosos ainda estava presente no imaginário dos escritores e leitores dos jornais. Entretanto, essa memória foi utilizada de formas distintas por cada periódico em 1912. O jornal A República utilizava a memória do movimento de Canudos com o intuito de menosprezar o movimento que estava surgindo em território catarinense, afirmando que não passava de um bando de ignorantes, que até mesmo um pequeno contingente do aparelhamento policial poderia resolver a situação. E também reiterava que se nem as antigas revoluções conseguiram promover a derrubada do regime republicano, não seria este novo movimento distante da capital federal que conseguiria.

Ainda na edição do dia 26 de setembro de 1912, o jornal A República, questionava a necessidade do envio de tropas federais para a região, bem como seu propósito.

Por esse motivo é que está causando geral extraheza uma dispendiosa mobilização de tropas, quando em outros casos mais sérios a União não tem agido com tamanha presteza ao primeiro pedido d'um governo estadual. Eis o dilema: ou essa revolta é muito seria, ameaçando de facto o regimen, e neste caso iria maior contingente para se medir vantajosamente com os rebeldes, ou é uma agitação sem importância e por isso não se compreende essa remessa de tropas com artilharia para dissolver um bando talvez imperfeitamente armado. D'ahi a duvida que está trabalhando o espirito público quanto á existência duma causa oculta para todo esse alarde, motivo que o coração paranaense pretende advinhar habilmente dissimulado sob essa suposta tentativa de restauração em S. Catharina. Que sejam desmentidas essas sinistras previsões é o nosso desejo, pois confiamos plenamente na lealdade e no patriotismo dos homens que dirigem o governo da Republica, não julgando-os capazes de se prestarem a auxiliar planos ardilosos de quem quer que seja. N'uma cousa acredita a opinião publica, neste caso da rebelião dos fanáticos do João Maria: é que esse movimento, si é que existe, não tem importancia. Será, quando muito, um caso policial de simples resolução. E veremos si assim é ou não... Parece que o "monge" entrou nisso como Pilatos no Credo... (A REPÚBLICA, 26/09/1912).

É preciso ter em mente que durante este período e até 1916 os Estados de Santa Catarina e do Paraná disputavam a jurisdição desta região. A questão de limites entre os dois Estados figurava nas páginas dos jornais de maneira intensiva, cada qual defendendo seus interesses. A disputa territorial entre os dois Estados vinha acontecendo desde o desmembramento do Estado do Paraná do Estado de São

Paulo, em 1853. Na virada do século as disputas avançaram para o âmbito jurídico e, com isso, o Estado de Santa Catarina obteve consecutivas vitórias no Supremo Tribunal Federal. As disputas estabelecidas no campo político, jurídico e discursivo, através dos jornais, criaram um clima de tensão nas classes dirigentes.

Ao atender os pedidos do coronel Albuquerque, o Governo do Estado de Santa Catarina enviou para a região um contingente saído de Florianópolis (SC) sob o comando do Desembargador Sálvio de Sá Gonzaga, e um outro contingente saído de Tubarão (SC) sob o comando do alferes do Regimento Manoel Fernandes Guedes, em 25 de setembro de 1912. José Maria, tomando conhecimento de tal situação, começou sua fuga em direção ao Estado do Paraná. O jornal *O Dia* passou a relatar diariamente os passos da retirada do monge e da tentativa das forças que o perseguiam, com o objetivo de capturá-lo, através dos telegramas enviados pelos coronéis Francisco Albuquerque e Henrique Raupp.

Sabendo que forças policiais vinham para dissolver o suposto movimento mesmo que fosse usado da força para alcançar este objetivo, José Maria partiu em direção a Campos Novos (SC). As notícias de que o “bando de José Maria” havia dispersado correram o país. Jornais do Rio de Janeiro noticiaram no dia 28 de setembro essa suposta debandada. O jornal *A República*, informou sobre a debandada de José Maria, aproveitando para voltar a questionar a seriedade do movimento, como vinha fazendo até então. Utilizou uma manchete de certa forma irônica, *no que deu a tal “conspiração”*, afirmava que estava tudo acabado (*A REPÚBLICA*, 28/09/1912). Assim sendo, na ótica do jornal paranaense, o movimento teria chegado ao fim, não passando de uma tempestade em copo d’água do Governo catarinense. Desta forma, as reportagens sobre José Maria desapareceram das páginas do jornal, voltando a reaparecer somente quando o monge ingressou em território paranaense.

Enquanto o assunto desaparecia do jornal *A República*, no *O Dia* o assunto ainda era constante. O coronel Albuquerque informava que a dissolução era falsa, que o monge acompanhado de 200 sertanejos, “completamente fanatizados”, seguia novamente para Taquaruçu (*O DIA*, 28/09/1912). Nesse período, os telegramas do coronel Albuquerque publicados pelo jornal mostram que o mesmo acreditava que a dissolução do movimento em volta de José Maria só seria possível através do uso da força do Regimento de Segurança do Estado de Santa Catarina. As notícias sobre o paradeiro de José Maria, no momento em que o mesmo se dirigia a caminho do Estado do Paraná eram, em sua maioria, cópias dos telegramas recebidos pelo Governador catarinense. Desta maneira, conseguiu-se estabelecer mais ou menos a rota traçada pelo monge e alguns de seus companheiros até chegar aos Campos de Palmas.

Em alguns dias as notícias publicadas pelo *O Dia* causavam imprecisões se havia ocorrido e quando havia ocorrido tal debandada. Ao que tudo indica, José Maria teria deixado Curitiba por volta do dia 30 de setembro, uma vez que seu paradeiro seria notícia só em 2 de outubro.

Campos Novos, 1º. Acabo de saber notícias fidedignas que José Maria, monge, acompanhado de trinta e tantos companheiros passou no lugar denominado Fazenda Velha Consta dirigir-se qualquer estação de ferro. Será conveniente dirigir imediatamente uma força estações do Herval, Capinzal, Rio do Peixe, Uruguay. Costa que elle quer embarcar em qual quer destas estações. Auxiliará captura uma força commandada pelo Delegado de Policia que seguirá, pista. Levei facto ao conhecimento do Chefe das forças legaes no Rio Caçador. Saudações. Henrique Raupp, Coronel (*O DIA*, 02/10/1912).

Ao receber essas notícias, o Vice-Governador do Estado de Santa Catarina e Governador em exercício, Eugenio Muller, solicitou que as estações da estrada de ferro fossem guarnecidas pelas forças federais que se encontravam na região com o objetivo de impedir que o monge fugisse e que, ainda, fosse preso.

As tropas federais cumpriram as ordens recebidas e se instalaram nas estações ferroviárias da região. José Maria e os sertanejos que permaneceram com ele nesta retirada foram avistados acerca de 12 km da Vila de Campos Novos, em direção a Jacutinga, no dia 07 de outubro. Em 10 de outubro, as forças policiais do Estado do Paraná foram avisadas de que José Maria teria passado pela Estação da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande em Herval, mas sem que ninguém fosse aprisionado (*A REPÚBLICA*, 14/10/1912). O monge seguiu seu caminho em direção a região do Irani, pertencente a Palmas. Território, nesse momento, sob jurisdição do Estado do Paraná.

José Maria conhecia a população do Irani há bastante tempo e os considerava sua gente (*QUEIROZ*, 1969: 97). Mantinha relação de amizade com a família de Fabricio das Neves e era próximo do major Miguel Fragoso, que detinha grande influência na região do Irani. José Maria e os cerca de 40 indivíduos que o acompanhavam foram bem recebidos no Irani, “porque era gente da mesma tradição”, (*MACHADO*, 2004: 183). No dia 13 de outubro, o jornal *O Dia* informava seus leitores de que “[...] o bando de sediciosos ao mando de José Maria passara para o território d Palmas” (*O DIA* 13/10/1912).

A chegada no Paraná e a Batalha do Irani

Agora que José Maria não se encontrava mais em território catarinense, este

deixava de ser assunto constante nas páginas do jornal O Dia. Dando a entender que, uma vez que o monge se localizava em território paranaense, José Maria era um problema já resolvido para o Governo do Estado de Santa Catarina. A partir deste momento (início de outubro de 1912), as publicações realizadas por este periódico somente informavam, de forma rápida e, geralmente, através de seu serviço telegráfico, a localização das tropas paranaenses. O jornal também publicou algumas matérias na tentativa de se defender das acusações feitas pela imprensa paranaense de que o Estado de Santa Catarina e seus governantes eram os culpados pelo ingresso do monge no Paraná, bem como ressaltava que o caso José Maria não tinha nenhuma ligação com a questão de limites e que os governantes catarinenses fizeram o que estava ao seu alcance para solucionar o caso.

No momento em que José Maria e seus seguidores passaram para o território do Estado do Paraná, estes voltaram a ser assunto nas páginas do jornal A República, permanecendo até o final do ano de 1912. Com a manchete: “A incursão de um ‘bandoleiro’ [aspas do jornal]” (A REPÚBLICA, 14/10/1912), o periódico inaugurou uma nova fase de publicações sobre o caso José Maria. Neste período, o jornal parou de tratar o caso como “uma tempestade no copo d’água” (A REPÚBLICA, 27/09/1912). Suas publicações passaram a apresentar um tom mais preocupado, buscando informar as movimentações do Regimento de Segurança do Paraná, procurando compreender os objetivos de José Maria e a participação do Estado de Santa Catarina nestes acontecimentos.

Desta forma, “[...] constando ao Governo do Paraná a existência de numeroso bando armado chefiado pelo monge José Maria nas proximidades de Palmas” (O DIA, 15/10/1912), o Governador paranaense, Dr. Carlos Cavalcanti, determinou que João Gualberto, capitão comandante do Regimento de Segurança, se dirigisse imediatamente para a região de Palmas. Na companhia de 300 homens, municiados com 30.000 cartuchos para carabinas, 3.500 para mosquetões e 10.000 para a metralhadora Maxim (A REPÚBLICA, 14/10/1912), Gualberto partiu de Curitiba com ordens de dissolver tal ajuntamento.

O Regimento de Segurança saiu de Curitiba no dia 13 de outubro, através da estação ferroviária, rumo à cidade de União da Vitória. Foi realizado um grande desfile pelas ruas de Curitiba, acompanhado até o momento do embarque das forças por uma grande multidão.

Na cobertura da viagem da tropa comandada por João Gualberto, a imprensa buscou ser o mais minuciosa possível, desde a organização para a partida até o momento do embarque, sempre tecendo considerações elogiosas quanto ao seu

patriotismo e a sua organização (DALFRÉ, 2014: 95).⁸

As tropas do Regimento de Segurança chegaram em União da Vitória, provavelmente, no dia 14 de outubro e, logo, no dia 15 de outubro seguiram em direção ao território de Palmas (A REPÚBLICA, 15/10/1912). Enquanto as tropas enviadas de Curitiba se dirigiam para Palmas, o coronel Domingos Soares, líder político e superintendente do município, organizava uma milícia para auxiliar as tropas estaduais; esta, era composta, neste momento, de duzentos homens armados e prontos para defender a cidade dos “bandidos” (A REPÚBLICA, 16/10/1912).

Depois de mais ou menos 4 dias de marcha, em 17 de outubro de 1912, João Gualberto informou a seus superiores sua chegada na região de Palmas e que na entrada dos Campos de Palmas estaria instalando seu acampamento. Os telegramas publicados em A República informavam que a tropa seria dividida: uma parte seria destinada à defesa da cidade de Palmas (PR) e Xanxerê (PR), hoje pertencente a Santa Catarina, devido as solicitações recebidas pelo Governador do Estado do Paraná; e a outra parcela das tropas seguiria sob o comando de João Gualberto, em direção aos Campos do Irani onde o monge se encontrava (A REPÚBLICA, 18/10/1912).

Na medida em que informava sobre a localização das tropas oficiais, A República também comentava, um pouco, sobre a localização de José Maria. Entretanto, as informações não se apresentavam de forma precisa. Eram, geralmente, identificadas como “perto de” algum lugar, na direção de determinada localidade.

Constar que o bando de José Maria, abandonou o [ilegível] da linha telegraphica que [ilegível] a Palmas, internou-se no sertão que margina o Rio Jacutingas. Na suposição de que o bandoleiro pretenda alcançar o Rio Urugouay [sic] e internar-se em território rio-grandense (A REPÚBLICA, 15/10/1912).

Nesse momento, o monge estava cercado. As autoridades do Rio Grande do Sul já haviam sido precavidas, caso José Maria tentasse fugir nesta direção. Regressar ao Estado de Santa Catarina seria estranho, uma vez que o monge acabara de sair fugido de lá, devido as perseguições do coronel Albuquerque. As estações da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, ao que tudo indica, estavam guarnecidas por forças federais⁹, o que impossibilitava o embarque nos trens de qualquer estação da região.

⁸ Dalfré (2014), ainda traz em sua obra algumas imagens sobre as movimentações das tropas do Regimento de Segurança do Paraná.

⁹ Entretanto, devido às más condições sanitárias que as tropas federais que se encontravam estacionadas na Estação Caçador vinham enfrentando, o Tenente coronel Ferreira Franco solicitou, via telegrama, dispensa. “Achando desnecessário permanência força federal aqui visto facto monge poder ser resolvido forças estadoaes, rogo V. Ex. conseguir dr. Governador Estado dispensar nossos serviços” (O DIA, 18/10/1912) sendo assim, o governo cata-

A marcha do Regimento de Segurança do Estado do Paraná encontrava-se cada vez mais próxima; o cerco estava apertando.

Todavia, antes de prosseguirmos, é preciso que se faça uma ponderação do imaginário criado através do jornal *A República* sobre a incursão de José Maria no território paranaense. Diferentemente do que ocorreu em Santa Catarina, quando o monge e seus seguidores constituíam um perigo às instituições republicanas, no Estado do Paraná estes indivíduos se apresentavam, também, como um perigo à integridade territorial paranaense devido à questão de limites. Desta forma, seria preciso realizar a “[...] “defeza das instituições republicanas, ameaçadas por esse monge de quem se fala, seja na defeza da segurança das populações do sul e do sudoeste paranaense, seja na defeza da integridade do território do Paraná” (*A REPÚBLICA*, 16/10/1912) e a Sociedade Tiro Rio Branco¹⁰ estava disposta a cumprir seu dever, de defender os interesses do Paraná. Em vista disso, combater José Maria se constituiu em um ato de patriotismo.

É provável que este sentimento patriótico e a visão de que as tropas do Regimento de Segurança estavam cumprindo o dever de toda a sociedade, de combater o outro. Nesse sentido, defender a integridade do território paranaense frente aos invasores catarinenses aliados de José Maria, talvez fosse, assim como na ótica do jornal, os sentimentos das tropas comandadas por Gualberto e por ele próprio, influenciando em suas decisões. Destaca-se que a imprensa também se utiliza da omissão ou não menção de determinados acontecimentos para favorecer e garantir os propósitos de seu discurso. Portanto, determinados acontecimentos que precederam o confronto do Irani só vieram à tona depois do combate, em 24 de outubro de 1912.

Depois de montar acampamento na entrada dos Campos de Palmas e de ter enviado uma parcela das forças do Regimento de Segurança para proteger o município, João Gualberto determinou que um contingente seguisse atrás de José Maria. Sob o comando do Tenente Busse, acompanhado do Coronel Soares, ocorreu o primeiro encontro entre as tropas oficiais e os emissários de José Maria no início da tarde do dia 18 de outubro de 1912. Os enviados do monge vinham com o intuito de conferenciar com o Coronel Soares, uma vez que este “[...] normalmente mantinha

rinense solicitou o regresso destas tropas, concedida devido o monge estar em território paranaense. Todavia não conseguimos precisar sobre esta retirada das tropas das estações ferroviárias.

10 A Sociedade Tiro Rio Branco se constituía como uma associação de militares residentes no Estado do Paraná e estava localizada em Curitiba. Entre seus fundadores encontra-se João Gualberto, que nesse momento também era o presidente.

um bom relacionamento com a população” (MACHADO, 2004: 183.) do Irani.

João Julio Farrapo e João da Costa Varella, os emissários do monge, solicitaram que a gente de José Maria não fosse atacada, pois suas atitudes eram pacíficas. Só estavam no Estado do Paraná por terem sido perseguidos pela polícia de Santa Catarina e que, para lá, o monge voltaria para “[...] “tratar dos seus direitos” [aspas do jornal], isto é, acionar por perdas e danos o coronel Francisco Albuquerque, que o havia perseguido. (A REPÚBLICA, 24/10/1912). Ainda, declaram que “[...] no caso d’uma luta entre os Estados do Paraná e S. Catharina, o Monge estaria ao lado dos paranaenses” (A REPÚBLICA, 24/10/1912) e reiteraram que caso o pedido de não ser atacado fosse recusado, José Maria teria homens para resistir ao ataque da força pública.

Esse relato que foi transmitido pelo coronel Oliveiro Cortes, que acompanhou esse encontro, só veio a público nas páginas d’A República em 24 de outubro, dois dias após o combate do Irani. É preciso considerar, que no momento em que estas informações foram divulgadas o combate já havia ocorrido. Desta maneira, uma negociação de paz que trouxe consigo alguns tons de ameaça podem ter servido para justificar as ações tomadas por Gualberto.

Outro relato, dessa vez publicado no O Dia, informava sobre a tentativa de José Maria de evitar o confronto. Manoel Gomes Pereira, comerciante que teria encontrado com as forças de Gualberto e presenciado o encontro com os emissários de José Maria, conta que

[...] este disse que não queria brigar com ninguém o que queria é que Soares lhe desse garantias para a gente que o acompanhava ir buscar suas famílias, voltando com elle. O coronel Soares disse que podia garantir e garantia até o Rio do Peixe, divisa de Santa Catharina. Com essa proposta de não ser perseguido pelas forças até o Rio do Peixe, José Maria declarou que terça-feira ia dispersar (O DIA, 24/10/1912).

Depois desta “conferência de paz” entre o Coronel Soares e os emissários do monge, ao que tudo indica, João Gualberto foi procurado para ficar a par dos novos fatos. O comandante do Regimento de Segurança do Paraná, encontrava-se cerca de 15 km de distância do contingente comandado pelo Tenente Busse. Ao ser informado dos acontecimentos, Gualberto seguiu com 30 homens para incorporar-se ao contingente de Busse (A REPÚBLICA, 24/10/1912). Vianna (2002) traz uma informação que não aparece nos jornais. Este autor menciona uma carta que João Gualberto teria enviado a José Maria dois dias antes do combate. Nesta carta, Gualberto solicita que José Maria compareça em sua presença para explicar os motivos de gente armada em seu entorno e que, caso não atendesse essa intimação,

“[...] comunico-vos que dar-vos-ei já franco combate e a todos que forem solidários convosco, em verdadeira guerra de extermínio” (VIANNA, 2002: 9).

José Maria não foi ao encontro de Gualberto. As tratativas de paz falharam. Ambos pareciam já se preparar para o combate que mudaria para sempre os sertões do Estado do Paraná e de Santa Catarina. No meio da madrugada, perto das 3 horas da manhã do dia 22 de outubro, as tropas se puseram em direção ao Faxinal do Irani. Começavam a surgir os primeiros raios de sol, quando Gualberto ordenou que o pelotão de infantaria sitiasse as três casas que estavam localizadas a uma pequena distância das tropas, acompanhando esse ato.

[...] Depois de cercadas as casas partio do matto um tiro que a força não ligou importância, julgando que tivesse sido disparado por algum caçador, porém logo depois partiram novos tiros contra as praças que guarneciam uma das casas, estabelecendo-se entre estas praças e outras ao mando do tenente Busse e um grupo de 8 a 10 homens que corriam para a matta oposta um pequeno tiroteio que durou cerca de 5 minutos (O DIA, 26/10/1912).

Enquanto o Coronel João Gualberto instalava sua metralhadora Maxin, na qual depositava extrema confiança, o tenente Busse seguiu ao encontro do restante das tropas, que se encontravam um pouco atrasadas. Com o agrupamento, as tropas puseram-se em linha de combate.

O coronel João Gualberto realizou alguns disparos com a metralhadora, em direção ao mato como quem testa a arma, que em seguida falha por ter sido derrubada em um riacho durante a marcha. Desta forma, após alguns disparos viram surgir em meio às matas um grande número de sertanejos, aproximadamente 300, que entraram em franco combate com as forças oficiais (A REPÚBLICA, 26/10/1912). Sob uma grande onda de disparos, José Maria e seus seguidores avançavam em direção às forças do Regimento de Segurança. Estabelecendo, a partir deste momento um entrevero, os sertanejos alcançaram as primeiras fileiras da força paranaense e, desembainhando os facões, imprimiram seu modo de combate no confronto (O DIA, 26/10/1912). Desta forma:

[...] em poucos momentos toda a força foi envolvida pelos bandidos, certos da victoria diante numero inferior da nossa gente. [O tenente Busse] vio e outras testemunhas o confirmam, o coronel João Gualberto cercado por alguns bandidos que o impediram de tomar o seu cavallo já bastante ferido e em seguida tombar disparando o revolver até o ultimo tiro (A REPÚBLICA, 24/10/1912).

O tenente Busse, ao ver seu comandante morto, suas tropas sendo destroçadas e a eminencia de sua morte, ordenou que batessem em retirada as tropas do Estado

do Paraná, colocando assim fim ao confronto que se tornou o marco inicial da Guerra do Contestado. As forças do Regimento de Segurança, que entraram em ação no combate eram compostas de setenta homens, conforme publicação do jornal *A República* do dia 24 de outubro de 1912. A partir dos esclarecimentos referentes ao combate, a historiografia aponta que duzentos sertanejos lutaram ao lado de José Maria (MACHADO, 2004, p. 186).

No combate além da morte de João Gualberto e outros indivíduos que tomaram parte ao lado das forças do Regimento de Segurança do Paraná, ocorreu a morte do monge José Maria, com um ferimento causado por arma de fogo. A partir da morte do monge diversas reelaborações por parte de seus adeptos foram realizadas. Passa a existir a crença de que José Maria iria ressuscitar e com ele todos os mortos no Irani também. Esse processo de reelaboração resultou nos novos agrupamentos a partir de Taguarucu, em 1913.

Considerações finais

Com a manchete “O Combate do Irani”, a edição do dia 24 de outubro de 1912 de *A República* anunciava a morte de Gualberto, a derrota da força do Regimento de Segurança do Paraná e transmitia as informações oficiais daqueles acontecimentos. Na edição do jornal *O Dia*, não encontramos muitas diferenças. Esta era dedicada para informar, especialmente, o que tinha acontecido na região de Palmas. O jornal *A República* relatou o combate, através dos telegramas que foram sendo enviados para o Governo do Estado do Paraná. Por isso, os números de mortos e de participantes vão variando diariamente, não promovendo, nesse momento, uma versão oficial do combate do Irani.

Aliado às publicações que tentaram explicar para os leitores, em geral membros da elite e moradores das capitais de cada respectivo Estado, o que havia acontecido nos campos no Irani, os jornais, sobretudo *A República*, publicavam uma série de matérias enaltecendo João Gualberto e suas atitudes. Criando um imaginário, no qual, os membros das forças policiais, assim como Gualberto, se constituíram heróis de grande honra, mesmo diante da derrota. Enquanto isso, os sertanejos iam sendo apontados, cada vez mais, como bandidos e facínoras.

Ainda, através da análise de ambos os jornais citados neste trabalho, compreendemos que a Batalha do Irani vai além do confronto do dia 22 de outubro de 1912, que ela envolve outros agentes sociais que não se encontram presentes nos Campos do Irani. Um destes agentes, concluímos tratar-se da imprensa de Santa Catarina e do Paraná. Visto que as publicações realizadas por estes periódicos criaram um clima de tensão que influenciou nas medidas tomadas pelos governos no intuito de reprimir aquele movimento de “fanáticos”

que surgia. Além do mais, suas publicações também trataram de demonizar os sertanejos e glorificar os membros das forças das polícias estaduais, tal ação tratou-se de uma estratégia retórica para justificar a necessidade da repressão armada.

Bibliografia

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *A campanha do Contestado*. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

DALFRÊ, Liz Andréa. *Outras narrativas da nacionalidade: o movimento do contestado*. Curitiba: SAMP, 2014.

ESPIG, Márcia. Ideologia, Mentalidade e Imaginário: Cruzamentos e aproximações teóricas. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 10, p. 151 – 167, dezembro de 1998.

ESPIG, Márcia. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, v. XXIV, n.02, p. 269 – 289, 1998.

ESPIG, Márcia. *Personagens do Contestado: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908 – 1915)*. Pelotas, Editora Universitária/UFPel, 2011. p. 39 – 72.

FELIPPE, Euclides J. *O último jagunço*. 1ª ed. Curitiba: Universidade do Contestado, 1995.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. “O eremita do Novo Mundo: a odisseia de um monge peregrino na América católica do século XIX”. In: VALENTINI, Delmir José; ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (Org.). *Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-2012)*. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012, v. 1, p. 85-108.

LUCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2º ed, 2º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e Conflito Social*. São Paulo: Editora Ática, 1966.

VIANNA, Celso. *A batalha do Irani: o diabo na rua, no meio do redemoinho*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. *Projeto História*, São Paulo, n. 4, 1985.

Fontes

Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

O Dia, de Florianópolis, 18 de agosto a 31 de dezembro de 1912.

A República, de Curitiba, 01 de agosto a 31 de dezembro de 1912

Artigo recebido em 06/04/2019, aprovado em 30/06/2019.